



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ÁFRICA: notas sobre cadeias globais de valor, nova rota da seda e novo imperialismo

Marileide Alves da Silva

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE Unicamp); Doutoranda em Desenvolvimento Econômico, Mestra em Desenvolvimento Econômico e Graduada em Ciências Econômicas pela UFBA, pesquisadora do CESIT/IE-Unicamp e do GEPODE/FCE-UFBA; malvesilva184@gmail.com.

Larissa Samantha Curvelo Pereira

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE Unicamp); Mestranda em Desenvolvimento Econômico, Graduada em Ciências Econômicas pela UFMA e pesquisadora do CEDE/IE Unicamp; larissasacupe@gmail.com.

Maiara Conceição Castro

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE Unicamp); Doutoranda em Desenvolvimento Econômico, Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas pela UESC, Graduada em Turismo, Graduada em Administração pela UNEB e pesquisadora na área de Padrões e Estratégias de Desenvolvimento/Unicamp; m271178@dac.unicamp.br.

Resumo: O presente trabalho pretende analisar o processo de desenvolvimento africano e sua inserção na divisão internacional do trabalho, bem como que tipo de inserção é esta, tem-se que compreender qual o tipo de desenvolvimento econômico se está considerando. Para tanto, foram realizadas uma revisão bibliográfica e uma análise de dados e sobre os estudos de desenvolvimento econômico e o ator continente africano, suas faces na contemporaneidade de cadeias globais de valor, e do fator China nesse contexto, com a Nova Rota da Seda. Percebe-se que há um neo-imperialismo se conformando nesse continente, um deslocamento do ocidente para o oriente.

Palavras-Chave: Desenvolvimento africano. Nova rota da Seda. Cadeias de valor. Novo Imperialismo.

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

As presentes autoras são bolsistas Capes, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Unicamp.



1 Introdução

O continente africano tem mais de 54 países com mais de 2.000 línguas diferentes, cerca de 30% dos idiomas em todo o planeta. Sendo que os países são membros da União Africana (UA). O continente é o segundo mais populoso do mundo.

A maioria dos países africanos apresentaram, em 2019, Índice de Desenvolvimento Humano insatisfatório. Enquanto países desenvolvidos como Noruega, Suíça, Irlanda e Alemanha apresentam IDH entre 0.954 e 0.939, para mesmo o ano, alguns países africanos tiveram IDH muito baixo e contrastam com os desses países desenvolvidos, como por exemplo de: Moçambique (0.446), da Serra Leoa (0.438), do Burquina Faso e Eritreia (0.434), do Mali (0.427), do Burundi (0.423), do Sudão do Sul (0.413), do Chade (0.401), da República Centro Africano (0.381) e do Níger (0.377) (PNUD, 2019).

Por outro lado, o relatório “Perspectivas Africanas 2019” da African Development Bank Group afirma que como um continente bom, em virtude dos indicadores de desempenho econômico da África, houve um crescimento interno bruto de 3.5% em 2017 e 2018, com um aumento de 1.4% em relação a 2016. Conforme o relatório, a maior dinâmica deste crescimento se deu pela representação da África Oriental, que em 2018 teve o PIB de 5.7%, África do Norte com 4.9%, África Ocidental com 3.3%, África Central com 2.2% e África Austral, com 1.2% (BAD, 2019).

Mabucanhane (2022) aponta que o desempenho dos países africanos se deve às reformas fiscais iniciadas desde os anos 2000, contribuindo com a consolidação orçamental (aumento das receitas fiscais) e a disciplina de planificação (redução da despesa pública). Porém, com o crescimento econômico de África, comparado a outros países desenvolvidos e a economias emergentes, o seu desempenho não foi suficiente para enfrentar desafios estruturais característicos de países periféricos.

Para analisar o processo de desenvolvimento africano e sua inserção na divisão internacional do trabalho, bem como que tipo de inserção é esta, tem-se que compreender qual o tipo de desenvolvimento econômico se está considerando, se: i) pelo processo de industrialização; ii) aumento da produtividade, aumento do nível de emprego; iii) acesso a serviços básicos; ou iv) economia baseada na formalidade. Por isso, faz-se necessário o entendimento sobre os estudos de desenvolvimento econômico e o ator continente africano e suas faces no mundo contemporâneo e de cadeias globais de valor, além do fator China nesse contexto e com a estratégia de Nova Rota da Seda.

2 Desenvolvimento econômico: síntese teórica

Para as economias atrasadas terem estratégias de desenvolvimento, Rosenstein-Rodan (1943) aponta que para reconstrução do mundo pós-guerra¹, deve adotar mecanismo de coordenação de decisões substituto do mercado que preveja a complementaridade futura dos investimentos, a maior parte do problema pode ser resolvido pela industrialização (com ou sem investimentos internacionais ou empréstimo de capital).

¹ Pioneirismo sobre as particularidades do subdesenvolvimento de algumas nações no contexto da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra.



Assim, a ajuda governamental externa ou autossuficiência do país deve ter participação e coordenação do Estado. No início, o investimento nacional e internacional deve concentrar-se na construção de “indústria básicas” e serviços públicos para oportunizar novos investimentos. Devem construir estradas, ferros, rodovias, canais, usinas hidrelétricas e o restante seguirá automaticamente (ocorrerá “naturalmente” a uma crescente industrialização”). Esse autor ressalta que isso deve ser iniciado em países com problemas de infraestrutura e transporte para o progresso econômico.

Cardoso (2018) apresenta as ideias de Rosenstein-Rodan (1943) em que os países em desenvolvimento devem promover melhorias na agricultura, destaca particularmente a necessidade de promover a industrialização. Considerando a recorrência do capital externo, já que em áreas atrasadas não tem tanta disponibilidade de renda. Para reverter essa situação, esse autor diz que necessita de planejamento de uma industrialização em larga escala com atuação do Estado e sua institucionalidade de estímulos à industrialização, treinamento planejado da mão de obra e promoção do investimento em bloco para uma boa infraestrutura, proporcionando um impulso para dar início e sustentar o processo de desenvolvimento (teoria do grande impulso ou big push). Caso contrário, a falta de impulso, seria observado um “voo de galinha” e insuficiente para romper com o subdesenvolvimento, isso inclui a abordagem do autor na chamada teoria de crescimento equilibrado.

Para Nurkse (2007), círculo vicioso da baixa produtividade e a renda real limitam o mercado, ele pode ser rompido com a introdução de métodos altamente “capitalistas” com muitas indústrias, ou seja, incrementar a capacidade de produção industrial. Mas não é toda forma de industrialização que conduz ao desenvolvimento. A industrialização de produtos manufaturados destinados à exportação não garante perspectivas seguras de desenvolvimento. Os efeitos positivos da industrialização são mais intensos quando orientados pelo abastecimento do mercado local. A melhor estratégia de desenvolvimento para os países pobres deve ser por meio de uma política ativa do Estado na esfera econômica, que complementam os empreendimentos da iniciativa privada.

Hirschman (1958) critica a teoria de crescimento equilibrado de Rosenstein-Rodan, apresenta a estratégia do desenvolvimento desequilibrado onde a industrialização não é suficiente para o país, portanto deve ter transformações espora agregadas as indústrias. O autor propõe que seja adotada uma estratégia com vários “big push”, apresentando a capacidade política de planejar e de investir, assim superar os estrangulamentos e indução de novas atividades. Alinhado ao efeito complementar do investimento, o autor define os encadeamentos para trás e para frente. Para trás, está relacionado ao suprimento de insumos necessários a determinada atividade, ou seja, fazem pressão de demanda sobre bens de produção. Para frente, estão relacionadas às atividades que não atendam exclusivamente a demandas finais (não são bens finais), ou seja, os produtos podem ser insumos de outras atividades e as incentivando.

Outra estratégia começa ao pensar que a industrialização deve começar de frente para trás, já que não têm insumos industriais. Assim, os países em desenvolvimento devem investir em capital social (CS = infraestrutura de transporte, energia, comunicações etc) para promover a redução dos custos das atividades diretamente produtivas (ADP).

A Tese Centro-Periferia Constrói A Base Para As Ideias Cepalinas, Pois Faz Relação Com O Conceito De Subdesenvolvimento, Termos De Troca, Desenvolvimento Regional, A Industrialização Como Fator



Indutor Do Desenvolvimento, A Teoria Da Dependência E Uma Crítica Implícita Ao Imperialismo. A Relação Entre O Centro E A Periferia Se Dá Através De Quem Tem Acesso Ao Progresso Técnico E Alusivos À Estrutura Do Comércio Mundial Com Característica De Intercâmbio De Manufaturas Por Matérias-Primas. Este Penetra Na Periferia Para Produzir Alimentos E Matérias Primas A Custo Baixo E Tem Destino Aos Grandes Centros Industrializados, Que Acabam Por Financiar A Produção Na Periferia (Bielschowsky, 2000).

As ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apontam que o “desenvolvimento econômico se expressa no aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho”. Isso acontece porque o país tem domínio da tecnologia. Assim, consegue diferenciar quem são os países do centro e quem são os países da periferia. O primeiro se refere às economias que penetraram primeiro nas técnicas capitalistas de produção, por segundo, são as economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo (Rodríguez, 1981, p. 36).

Nas economias periféricas, a renda média aumenta menos do que a produtividade do trabalho ou, em outras palavras, que essas economias “perdem” parte dos frutos de seu próprio progresso técnico, “transferindo-os” parcialmente para os grandes centros. Segundo se argumenta, essa “transferência” pode ser de pouca importância para as economias centrais, mas terá normalmente um sensível efeito negativo sobre o desenvolvimento daquelas que compõem a periferia do sistema econômico mundial.

(...)

Os conceitos de centro e periferia têm, portanto, um conteúdo estático muito similar ao dos conceitos correntes de desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois assinalam a desigualdade das estruturas produtivas entre países avançados e atrasados (Rodríguez, 1981, p. 40 e 42).

Para Furtado (1974, p. 17) “o subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país (...) está ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia”. O subdesenvolvimento se reproduz e para sair dessa situação difícil, deve ocorrer vários ciclos repetitivos que levam ao desenvolvimento. Logo, o desenvolvimento exige diagnóstico específico e orientação política da mudança estrutural. Portanto, para o autor, a industrialização é a mudança estrutural associada à superação do subdesenvolvimento, ou seja, conquista do desenvolvimento (reforma agrária, fiscal, Estado). Assim, ocorrerá através de aumento sustentado da produtividade do trabalho via acumulação de capital e diversificação produtiva, transferência da população pobre desde atividades menos produtivas, maior autonomia internacional.

A Escola de Campinas faz uma crítica às ideias da Cepal (com influências do marxismo) de que a industrialização implique em autonomia nacional ou satisfação de necessidades, mas para reprodução do capitalismo e acumulação de riqueza. Ainda pode validar as ideias capitalistas sobre a relação de centro-periferia, mas com o intuito de produção do capital em cada fase do sistema capitalista. Tavares (1975) aponta que as tentativas de substituição de importações se esgotaram, porque os investimentos externos para a produção reforçaram a dependência da capacidade de importar e o estrangulamento externo. Além de que os novos projetos de solidariedade entre o capital estrangeiro de longo prazo e o Estado fazem parte da recuperação da crise capitalista, esses investimentos externos são direcionados aos setores



minerais, equipamentos, petroquímica, a construção naval, transportes e energia elétrica nos países periféricos (Tavares; Serra, 1970, p. 172).

3 ÁFRICA: um continente e múltiplas faces

O continente africano compõe de países multilíngues. Porém, todo país africano tem uma língua estrangeira como língua oficial, por exemplo: o inglês, o francês, o árabe e o português. De acordo com Tamba (2021), a África tem mais de 54 países com mais de 2.000 línguas diferentes, cerca de 30% dos idiomas em todo o planeta. Sendo que os países são membros da União Africana (UA), como já foi supramencionado.

A desorganização interna, em que há uma gama de territórios e grupos étnicos culturais em que não conduz para uma organização comum e se tenha objetivos comuns em um Continente com diversos países e línguas. Braudel (2004, p. 150) ao analisar a África evidencia esses elementos de divergência e afirma “a África não é uniforme”, o que não contribui para a formação de sistemas nacionais e não pode dar conta dessa multiplicidade e diversidade. Além disso, há a questão dos conflitos e da impossibilidade de “vê muito bem que território ou grupo de territórios poderia emergir acima dos demais e impor uma unidade ao conjunto.” (Braudel, 2004, p.152).

É importante destacar que alguns países africanos se tornaram independentes na segunda metade do século XX, ou seja, é muito recente, para alguns, o seu processo enquanto uma nação e após um período de diversas dominações. Além disso, esse continente sofreu com o processo do tráfico negreiro e as explorações das suas riquezas naturais por séculos, quer seja por seus colonizadores ou por imperialistas. A África foi partilhada ou esteve com influência, durante um longo período da história, dos países europeus e EUA (Braudel, 2004).

Desta forma, pode-se inferir que enquanto os países europeus e os EUA vivenciavam os padrões impostos pelo Estado de Bem Estar Social, nos pós 2ª Guerra, a África tem sido marcada em sua integração internacional através das ocupações imperialistas. Este continente foi exposto a diversas situações: Apartheid, Guerra Fria (de maneira indireta), diversas guerras internas e etc, que contribui para manter as sociedades africanas fragmentadas e sem instituições.

É possível que essas questões democráticas e territoriais, muito marcadas por conflitos e essa fragmentação seja uma clara herança do colonialismo/imperialismo europeu nesse território. Além disso, esse longo processo de deterioração, fragmentação e dependências faz com que a inserção dos países africanos seja de maneira dependente, que financeiramente ou tecnologicamente, o que é algo comum a países periféricos, dentro dessa lógica capitalista global. Há uma certa precariedade nesse processo de inserção na globalização, em que as economias desse continente se estagnam por um longo período, mesmo após independências, períodos de crescimentos econômico devido aos ciclos de *commodities* e, também, devido ao projeto de expansão chinesa (KRIPÉ, 1993).



Ao tratar da sobre o processo de industrialização africana, uma tentativa de desenvolvimento. Kripé (1993) aponta que os fundamentos desse processo se deram de maneira generalizada, em que é reflexo/consequência das relações desequilibradas entre esse território e a Europa. Esse autor enfatiza que o processo de industrialização e o processo de urbanização não foram simultâneos e nem homogêneos e nem igual, ao contrário, pois estavam ligados diretamente aos desequilíbrios sociais, a dependência de *commodities*, a relação desigual com o mundo. Desta forma, se mostra como era frágil o desenvolvimento industrial africano, que era totalmente dependente de fatores externos, como: investimentos, dos preços das *commodities*, da tecnologia das empresas estrangeiras, etc.

A tentativa de implementação de políticas de desenvolvimento da África se caracteriza por mostrar ir de encontro a uma “subindustrialização”, que é marca da colonização/imperialismo, ou seja, tentar superar uma economia dependente (Kripé, 1993). Porém é possível interpretar que o fato de o continente africano ter conseguido se tornar independente tardiamente tenha prejudicado esse intento. Isto, já que as marcas do imperialismo nesse território são pujantes, além do racismo e do papel ao qual os países desenvolvidos resguardam na sua nova inserção como fornecedor de matérias primas, como outrora fora fornecedor de mão de obra compulsória, o que dificulta muito se alcançar um certo desenvolvimento industrial e menos independente (UNESCO, 2010).

Além disso, as crises políticas que ocorreram nesse continente foram cruciais para o atraso do processo de industrialização. Percebe-se que a atual inserção da África nas cadeias globais de valor e na divisão internacional do trabalho tem que ser percebida como uma manutenção das desigualdades estruturais entre as economias centrais e periféricas.

4 China: o cinturão da Rota da Seda é na África?

A nova rota da seda apresenta uma estratégia de desenvolvimento chinês para um dilema doméstico de países da Europa, Ásia e África envolvendo investimentos em infraestrutura. O lançamento da proposta One Belt, One Road (OBOR), depois rebatizada como Belt and Road Initiative (BRI), ocorreu no segundo semestre de 2013, juntamente com as visitas de Xi Jinping ao Cazaquistão e à Indonésia. Em 2021, a China formalizou os corredores econômicos em 139 países de distintas regiões e diferentes níveis de renda. Os principais países da África participantes são África do Sul, Angola, Camarões, Cabo Verde, Congo, Gana, Guiné, Moçambique, Senegal e outros (Mendonça; Lopes Filho E Oliveira, 2021).

A participação de empresas chinesas no mercado africano, sai de 10% em 2002 e passa para a metade em 2014, atingindo cerca de 62%, em 2019, de acordo com Hong (2021). Essa presença chinesa nesse território, bem como essa dominação financeira desta sobre a África se mostra uma nova forma estratégia imperialista chinesa, o que pode caracterizar um cerceamento da soberania e uma dependência ainda maior dos países africanos em relação à China. Além disso, esse modo em que a África está se reinserindo no mercado internacional não se difere muito da sua reinserção no passado.

A China se torna nesse século o mais importante parceiro comercial. Os bancos chineses veem realizados empréstimos internacionais para as próprias empresas desses países realizarem investimentos, grandes



obras de engenharias, fomentando projetos de expansão e de infraestruturas na África (Zhang, 2021). De acordo com esse autor, as empresas chinesas instaladas na África controlam quase a totalidade das cadeias de produção mineral, o que promove não uma independência dos países africanos, pelo contrário, amplia-se essa dependência e a problemática do não desenvolvimento. Além de que se configura-se ou mostra-se um novo formato, desenha-se uma nova forma de expropriação do território.

Atualmente, cinco países concentram mais de 50% da riqueza do continente, PIB hiper concentrado (África do Sul 37%, Egito, 17%, etc), apesar de aproximadamente 34% dos africanos viverem abaixo da linha da pobreza e 40% da riqueza produzida está em mãos de 0,1% dessa população desse continente (ONU, 2021).

4.1 Investimento em infraestrutura da China na África

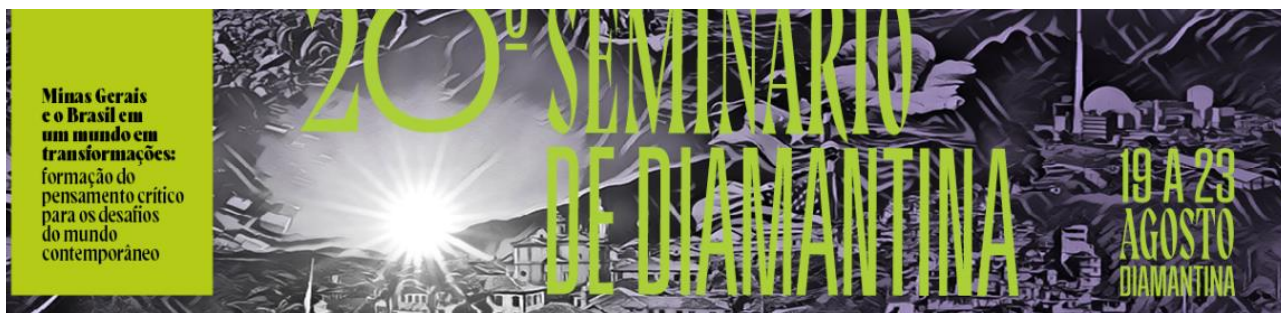
A participação das economias africanas nas cadeias de valor globais busca impacto positivo no desenvolvimento socialmente inclusivo. A África tem uma parcela pequena, porém crescente, no comércio nas cadeias de valor globais (CGVs). Apesar de limitada com atividades de menor valor e menor teor industrial, a economia africana pode integrar-se ainda mais ao exterior.

A participação africana no comércio global teve um valor agregado que cresceu de 1,4% em 1995 para 2,2% em 2011. A África Subsaariana está mais integrada às cadeias globais de valor, do que o Norte. Os principais países da África Subsaariana são África do Sul, Angola e Benin. Assim, a diversificação da pauta econômica, a modernização das infraestruturas e o investimento em educação podem auxiliar no processo de inserção africana no contexto da globalização (OECD, 2014).

Para fugir das armadilhas, a participação nas cadeias globais de valor exige preparação e planejamento das empresas e do Estado, que vão desde a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) até as políticas industriais e suporte da infraestrutura física. Na África não está sendo diferente, a potencial busca da industrialização e criação de empregos estão atreladas aos interesses nas CGVs. As indústrias de mineração, petróleo e gás são áreas que promovem o desenvolvimento das cadeias no médio prazo. Com a descoberta de petróleo e gás na África Oriental, o Quênia embarcou uma nova linha ferroviária de bitola padrão de Mombaça, que foi estendida para Uganda e Ruanda. Um novo porto em Lamu foi construído para escoamento de produtos no norte do país, assim pelo Sudão do Sul terá saídas para o mar (África, 2013).

O financiamento em investimentos infraestruturais em todo o mundo em razão dos interesses do comércio internacional promove e consolida a implantação de um sistema de divisão internacional do trabalho, o que caracteriza a evolução do capitalismo industrial, onde ocorre uma vivência e relações entre os países periféricos e centrais.

No Brasil, na Índia e na África receberam grandes investimentos chineses para subsidiar setores de metais, energia, agronegócio, infraestrutura, imobiliário e tecnologia. A China tem a liderança no BRICS na África, sendo um dos principais parceiros no comércio, investimento no continente e maior origem das importações africanas, teve um começo na década a partir dos anos 2000. África do Sul é o maior país



receptor dos investimentos estrangeiros diretos (IED) chinês na África Subsaariana, tendo em vista a estrutura econômica e política do país como uma potência regional. Os investimentos chineses na África do Sul foram no financeiro, além dos setores de metais, imobiliário, transporte, energia e tecnologia (Garcia, 2020).

O Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank – CDB) é o principal órgão de financiamento aos investimentos externos na África através do Fórum de Cooperação China-África (Forum on China-Africa Cooperation - FOCAC). Fundado em 2007, institucionaliza a relação dos investimentos e “ajuda internacional”, porém por trás disso a ideia de que a China resolve os interesses de desenvolvimento dos países africanos. A “ajuda internacional” chinesa está atrelada ao endividamento dos países receptores dos investimentos, além de gerar uma estrutura para subsidiar a produção e a exportação dos bens minerais e energéticos, dificultando as possibilidades de diversificação da pauta produtiva para o futuro (Garcia, 2020).

4.2 Implicações dos investimentos chineses na África

Embora os chineses tenham injetado e intensificado os investimentos no continente africano no decorrer dos anos, os efeitos dessas iniciativas sobre esses países não provocaram nenhuma transformação no que diz respeito à inserção dos países africanos na economia global (Alves, 2010). De acordo com Ouriques (2014), o desenvolvimento desses países a partir do referido projeto chinês, não passa de uma utopia, pois no sistema capitalista as oportunidades são distintas e não podem ser acessadas por todos sincronicamente.

Nas últimas décadas, mesmo com os processos decisórios dos governos desses países em prol da industrialização, a conjuntura estrutural africana perante o sistema capitalista se manteve inalterada (Ouriques, 2014). Já que, o continente não possui controle sobre a volatilidade dos preços dos escassos produtos primários que são exportados, e os quais possuem intensa dependência comercial.

Outro aspecto que também deve ser ressaltado e que contribui para uma descrença em relação ao projeto chinês, é que os padrões comerciais e os interesses econômicos da China na África não são muito diferentes daqueles demonstrados pelos países do ocidente, que outrora colonizaram e saquearam os países africanos (Alves, 2010). Não se pode negar, que a presença e investimentos despendidos pelos chineses giram em torno dos próprios interesses, não significando, genuinamente, um projeto de desenvolvimento para esses países, mas um ambicioso projeto de expansão comercial.

Em relação às disparidades entre os padrões de investimentos chineses para os países ocidentais, Ribeiro (2015) ressalta que os investimentos chineses estão pautados no alcance de objetivos de longo prazo, enquanto os daqueles realizados pelo ocidente estão e estiveram fundamentados em retornos no curto prazo. Além disso, as diferenças desses investimentos, centram-se na forma em que foram realizados, pois os chineses vêm despendendo grandes investimentos em infraestruturas, o que vêm agradando os governos africanos.



Como supracitado, anteriormente, dessas relações entre a China e os países africanos houve muitas melhorias na infraestrutura, mas será apenas boa vontade dos chineses ou uma moeda de troca? O continente africano por possuir notadamente precariedade na infraestrutura necessita de investimentos nesse setor, mas a China precisa de recursos primários, especialmente, energéticos e minerais.

A aceitação em relação a essa interação e participação nesse projeto chinês, está intrinsecamente atrelado ao ressentimento que os africanos possuem quanto aos antigos colonizadores, pois os mesmos se preocuparam apenas em dar suporte ao escoamento da produção primária, não desempenhando esforços que pudessem promover melhorias nos países aos quais ocuparam. Diferentemente disso, os chineses em troca dos recursos naturais, vêm fomentando o investimento não apenas na construção de dutos, estradas, portos e ferrovias, como também na instalação de redes elétricas, hospitais e escolas (Alves, 2010).

Nesse ínterim, ressalta-se que os investimentos chineses têm possibilitado uma multiplicidade de benefícios para a África, como facilitação do transporte de produtos agrícolas, potencialização do turismo, a geração de empregos, entre outros, apesar de que no processo de construção das novas infraestruturas, as mão de obra empregadas são chinesas e os materiais utilizados nas construções são importados da China, o que reduz, de certa forma, os benefícios oriundos desse acordo comercial para os africanos (Ribeiro, 2015). Além disso, os chineses têm mostrado que não se preocupam com o desenvolvimento econômico africano, sugerindo a especialização desses em *commodities*, o que os deixariam passíveis de sofrerem sérias consequências devido às flutuações incididas nos preços das *commodities* no mercado global.

Em suma, se esse acordo comercial entre a China e os países africanos mudará a condição periférica dos países africanos a longo prazo, só o tempo mostrará. Pois, embora nenhuma mudança estrutural qualitativa tenha sido desencadeada até os dias atuais, a cooperação na melhoria das infraestruturas africanas poderá facilitar futuramente o comércio local e internacional do continente, promovendo o crescimento de vários setores, aumento da competitividade, diminuição dos custos, fortalecimento das trocas comerciais, entre outros.

5 Considerações Finais

O referido ensaio buscou tecer reflexões em torno da dominação financeira da China sobre a África como uma estratégia pujante de instaurar o novo imperialismo no continente africano e de impulsionar uma ambiciosa expansão global.

A China por meio da responsabilização dos serviços básicos e do financiamento de obras de infraestrutura nos países africanos, buscando a ascensão do seu domínio econômico e político sobre a África, vem logrando êxito ao estabelecer o que vem sendo denominado como novo colonialismo. Entretanto, os países da África não distinguem essa relação sob a ótica de colonizador e colonizado. Para eles, essas relações se configuram como parcerias de comum acordo, com benefícios mútuos.



Embora as relações entre a China e os países africanos tenham trazido benefícios para a África, como investimentos, perdão das dívidas, obras de infraestrutura e fluxos financeiros, sendo vislumbrado pelos governos africanos como uma saída possível para a instauração do processo de industrialização e crescimento econômico, o acordo não tem se mostrado mutuamente satisfatório, pois essas relações também ocasionaram impactos da especialização desses países na exportação de commodities, alta taxa de empregabilidade da mão de obra chinesa trabalhando nas obras de infraestrutura e impactos das manufaturas chinesas instaladas na indústria africana.

Cabe aos países africanos analisarem se as condições impostas pela China realmente os levarão a alcançar o crescimento e o desenvolvimento econômico, ou se as fontes de oportunidades supostamente acessadas por eles são realmente as que contemplam(rão) todas as demandas e necessidades, remodelando as suas estruturas produtivas.

Por fim, os países africanos devem perceber a “ajuda internacional” e as intenções chinesas na busca pela expansão comercial e maximização de suas posições perante o mundo. Assim, busquem direcionar as iniciativas chinesas em prol de benefícios próprios, como o impulso das industrializações, produção de manufaturas, investimentos em tecnologias e solução de problemas paralisadores do progresso, de modo a possibilitar transformações que levem a uma maior participação nas cadeias de valor globais, inserção dos países africanos na economia global e o alcance do desenvolvimento econômico.

6 Referências

ÁFRICA, Boards of governors. **African Development Bank e African Development Fund**, January 1 to December 31, (2013). Disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/document/annual-report-2013-48189>>. Acesso em: 11 de jul. de 2023.

ALVES, A. G. M. P. Os Interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional - Artigos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 1, Janeiro 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4751> Acesso em: 11 de jul. de 2023.

BAD - BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Perspectivas Econômicas de África**. (2019). AddisAbaba. Disponível em: <<https://www.afdb.org/ar/documents/document/perspectivas-economicas-em-africa-2019-107320>>. Acesso em: 11 de jul. de 2023.

BIELSCHOWSKY, R. (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol. I. Rio de Janeiro, Cofecon-Cepal; Record, 2000.

BRAUDEL, F.. “O continente negro” In: **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (pp. 127-156).

CARDOSO, F. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. 1. edição. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974, cap.2.



GARCIA, A. S. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **Revista Tempo do Mundo**, n. 22, abr. 2020. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/200807_rtm_22_artigo_7.pdf. Acesso em: 11 de jul. de 2023.

HONG ZHANG. 2021. Chinese International Contractors. In: **Africa: Structure and Agency Working Paper No. 2021/47**. China Africa Research Initiative, School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University, Washington, DC. Retrieved from <http://www.sais-cari.org/publications>.

KIPRÉ, P. Industrial development and urban growth. In: MAZRUI, Ali A. **General History of Africa (VIII) – Africa since 1935**. California: UNESCO/University of California Press, 1993.

MABUCANHANE, N.. **Subdesenvolvimento em África: Dilemas, Debates, Realidades e Perspectivas de Políticas Continentais Coordenadas**. Espaço e Economia [Online], 23, ano XI, n. 23, 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/22069>>. Acesso em: 11 de jul. de 2023.

MENDONÇA, M. A. A.; LOPES FILHO, C. R. F. U.; OLIVEIRA, J. K. B. S. A Nova rota da seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento e fluxos de Investimento externo Direto (IED). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 31, set.dez. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11116/4/bepi_31_nova_rota.pdf>. Acesso em: 14 de jul. de 2023.

NURKSE, R.. “Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos”. In: **Memórias do desenvolvimento**, ano 1, n.1, jun. 2007. Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado, 2007.

OECD. African economic Outlook 2014 – **Special Theme: Global value chains and Africa’s industrialization**. OECD/UNDP, 2014. (Executive summary e Part 1). Disponível: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AEO2014_EN.pdf>. Acesso em: 11 de jul. de 2023.

ONU. Disparidade de rendimento entre ricos e pobres aumenta na África, alerta Unctad. ONU: Relatório de desenvolvimento, Dez. 2021.

OURIQUES, H. R.. As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica. 2014. In: **Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. São Paulo, n. 1, p. 19-43.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019). **Relatório do Desenvolvimento Humanos de 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI, New York.

RIBEIRO, V. L. A expansão Chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros. 2015. In: **Textos de Economia**. Florianópolis, v.18, n.1, p.11-36.



ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. (1943) “Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste”. In: **AGARWALA & SINGH**, op. cit., p. 413-48.

TAMBA, P. A política linguística na África e a situação das línguas autóctones na Educação: uma análise crítica das constituições. 18 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, 2021.

TAVARES, M. C. & SERRA, J. (1970) “Além da estagnação”. In: Tavares, M.C. (1972) **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TAVARES, M. C. (1975) **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998, cap. 3, item 3.2 e 3.3 (pp. 128-176).

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **História geral da África**, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.